

Uma chave de leitura de Fleck para a pesquisa

An interpretative key for Fleck in research

Carlos Alvarez Maia

Professor do Departamento de História/Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

alvarez@iis.com.br



FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad., Georg Otte, Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. 224p.

Enfim temos Fleck em português. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* foi lançado em 2010 pela Fabrefactum, editora especializada em textos dos chamados estudos sociais da ciência, com ênfase em sociologia do conhecimento científico.

Fleck possui indiscutível importância para a análise historiográfica em geral. Ele foi reconhecido como alguém que antecipou em cerca de trinta anos as ideias de Thomas Kuhn. Entretanto, além deste fato, hoje questionável, de Fleck ser mero precursor de Kuhn, outros fatores solicitam cuidadosa atenção à obra sociológica desse médico polonês. Fleck traz ainda um frescor para as pesquisas sobre este objeto problemático, as ciências da natureza. Ele se mostra inovador e apresenta solução inesperada para os dilemas atuais que continuam a incomodar os pesquisadores.

Tais incômodos advêm da seguinte situação: hoje, ao contrário do modelo herdado do século XIX, tornou-se consenso compreender a atividade científica como produto da sociedade. Diz-se que a ciência é uma construção social, mais uma entre tantas. A ciência perdeu seu caráter majestático de produção de indivíduos geniais que alcançam certezas inabaláveis, as verdades científicas. Ao dizer-se que algo é construído socialmente, enfatiza-se o caráter convencional dos acordos societários. Não há mais um absoluto, para além da sociedade, que defina conceitos como Verdade e Realidade. São todos conceitos relativos, uma vez que dependem dos grupos sociais nos quais são estabelecidos: há uma verdade para muçulmanos, uma para palestinos, outra para judeus. A realidade dos negros é diferente da dos *gays*, das mulheres ou dos *chicanos*. Assim, o absolutismo cientificista que orientava nossas visões de mundo desapareceu em meio a muitas incertezas, e entramos no império do relativismo de nossa época, por alguns qualificada como pós-modernidade.

Hoje tudo parece reduzir-se a um jogo sociológico no qual os agentes sociais são os únicos que decidem. Não há mais uma verdade sobre a natureza. Essa parece não participar das decisões. As certezas dos agentes mostram-se como crenças estritamente sociais. Como fica a natureza? Desapareceu como agente?

A solução de Fleck é admirável: sua sociologia trata com mais riqueza os processos de construção social, e em particular o saber científico, sem os reducionismos relativistas

típicos do sociologismo. Captura a extensão dos arranjos e acordos societários, mas, propõe limites à vontade dos agentes, mostrando que há condições para se extraírem certezas no terreno movediço do relativismo. São condições dadas por fatores de resistência que reduzem a autonomia e coagem a atividade dos agentes sociais, denominados por Fleck “acoplamentos passivos”. Tais elementos de resistência, coerções à passividade daqueles agentes, delineiam o que é a “realidade”, a “objetividade” e a “verdade” para o grupo social (p.50).

Em Fleck, a ciência é entendida em sua complexidade, simultaneamente um construto societário no qual os humanos são agentes ativos e também uma construção obrigada a obedecer a conexões naturais inevitáveis, que ele denomina passivas (p.83).

Essa ‘teoria’ do passivo-ativo (ver também p.93, 127), um dos grandes *insights* de Fleck, equaciona de forma mais satisfatória os atuais dilemas, ditos pós-modernos, da pesquisa sociológica. Fleck explica como a produção de certezas ocorre no tecido societário, porém exige que estejam presentes e participem os fatores naturais.

É interessante entender como Fleck escapa dos exageros relativistas sem deixar de ser um relativista. Como a sua sociologia consegue isso? Essa será a boa surpresa reservada àqueles que saborearem as páginas do livro ora traduzido para o português.

O texto de Fleck segue um padrão didático de explicação. Divide-se em quatro capítulos: o primeiro e o terceiro são mais descritivos e tratam de estudos de caso; os capítulos que lhes seguem, o segundo e o quarto, trazem uma análise sócio-histórica e epistemológica dos casos examinados. No primeiro capítulo, Fleck examina a história da construção do conceito de sífilis como entidade nosológica, desde o século XV, quando era vista como “epidemia venérea infligida por um ser superior como castigo por uma volúpia pecaminosa” (p.152). Em seu evoluir histórico, a definição de sífilis sofre mutações, até que no começo do século XX modificam-se os critérios definidores.

Outro estudo de caso é então montado por Fleck, ao prosseguir sua análise sobre o entendimento do que seja a sífilis.

Esse novo caso é avaliado no capítulo terceiro, no qual o autor acompanha a elaboração dos novos parâmetros nosológicos para a sífilis através do desenvolvimento da reação de Wassermann. A partir de um primeiro artigo de Wassermann, em 1906, ainda que contivesse pressuposições equivocadas, obteve-se finalmente “um ponto fixo” após 15 anos de pesquisas que entrelaçavam diversas abordagens (p.122-127). Encontrou-se o solo firme no qual se fixou a ‘realidade’. Para Fleck, a relação entre a reação de Wassermann e a sífilis passou a designar um fato científico, constituindo uma nova realidade (p.118).

Fleck toma esse acontecimento como “paradigma de muitas descobertas: a partir de pressuposições falsas e muitos primeiros experimentos irreproduzíveis surgiu, após muitos erros e desvios, uma descoberta importante” (p.123). Esse é um caso exemplar da maneira enredada pela qual se realiza a pesquisa científica cujo objetivo é encontrar o solo firme dos fatos, “uma rede em flutuação constante, que se chama realidade ou verdade” (p.127).

Nos capítulos segundo e quarto, estudos de caso, introduz e exemplifica com clareza os conceitos de seu aporte histórico-sociológico, uma “teoria comparada do conhecimento”, faz questão de enfatizar (p.64). Daí decorrem seus bem conhecidos conceitos, interligados, de coletivo de pensamento (*Denkkollektiv*) e de estilo de pensamento (*Denkstil*), este último lançado por Mannheim. Retratam a pesquisa como trabalho coletivo submetido a jogos

políticos dos agentes, a acordos e arranjos societários. Derruba assim Fleck as interpretações dominantes, que exaltavam as ações individuais criativas, e até geniais, como as responsáveis pelo progresso do saber humano. Com Fleck o saber torna-se uma questão sociológica, e a própria epistemologia integra-se a análises sócio-históricas. “A lógica deriva do social”, comenta Mauro Condé no prefácio da edição em português (p.XIV).

É um grave equívoco simplificador tomar Fleck como precursor de Kuhn e imaginar que seus conceitos sejam equivalentes aos kuhnianos de ‘comunidade’ e ‘paradigma’. Em Kuhn, comunidade científica é um conjunto razoavelmente homogêneo e autônomo que representa uma mítica república da ciência, difundida por Michael Polanyi. Em Fleck, o coletivo de pensamento é hierarquizado e marcado por fricções internas. Não é um corpo isolado: ele, ao contrário, interage com seu exterior e reflete a sociedade. Mais ajustado à complexidade sociológica da pesquisa, o coletivo de Fleck é estruturado em círculos concêntricos estratificados, desde o mais central e esotérico dos líderes daquele grupo até o mais exotérico dos não-iniciados. Tal estruturação associa-se a uma dinâmica socioepistemológica que movimenta o agir e pensar dos pesquisadores, sendo eles condicionados por esse estilo de pensamento hegemônico no coletivo por eles formado.

A movimentação é viabilizada pela ‘teoria’ de Fleck sobre passivo-ativo: serve de motor para os deslocamentos das maneiras pelas quais os pesquisadores veem o mundo e definem o que é a realidade. Essa ‘teoria’ impede posições estáticas, os agenciamentos passivo e ativo não são localizados em tipos de agentes – sejam sociais ou naturais – nem estão estabilizados em situações definidas. Eles trocam seus papéis dependendo do olhar do analista histórico ou da cena observada. Uma coerção do estilo de pensamento que promove uma atitude passiva ante o caráter inevitável e factual de determinada ocorrência é a mesma coerção que pode inspirar a atividade criativa em outra situação. Ou seja, o dueto ativo-passivo é tão dependente de seu contexto de referência quanto o par autor-ator (p.145, 152).

A dinâmica traçada por Fleck reflete seu principal objetivo: demonstrar como o ‘fato’ é uma produção social e é constituído historicamente. A meta de Fleck é desfazer o modelo compreensivo do realismo cientificista e sua ingenuidade sociológica. Nesse realismo toma-se como fato o que é objetivo, o que independe de nossa vontade e possui existência real. O conhecimento seria justamente a explicação das causas naturais desse fato. Forneceria as razões lógico-epistemológicas de sua ocorrência, compondo uma lei científica. A explicação faria a conexão de tal fato com os demais, já solidamente estabelecidos. Assim, a missão da pesquisa científica resumir-se-ia a encontrar o solo firme dos fatos.

Na visão de Fleck, a pesquisa tem como meta desvendar fatos, isto é, descobrir resistências às intenções, detectar oposições aos desejos subjetivos. Aquilo que resiste é considerado objetivo, um fato. “O trabalho do pesquisador consiste em diferenciar, no meio da confusão incompreensível, no caos que enfrenta, entre aquilo que obedece à sua vontade e aquilo que resulta de si mesmo e que resiste à sua vontade” (p.144). E estamos outra vez ante a dinâmica do ativo-passivo, observada agora sob a perspectiva da volição do pesquisador.

Como já anuncia no título de sua obra, Fleck procura mostrar como o fato é construído e sofre transformações em sua percepção individual-coletiva. A constatação do que é um fato é mutante e fluida no devir histórico. O fato não é algo fixo, permanente e independente de nós, humanos, mas desliza, sofre contínuos deslocamentos na temporalidade. O fato

pertence a determinada configuração histórica, é um texto em seu contexto, e ambos se movimentam, se modificam levando de roldão o próprio sujeito que também flui na história. “O processo do conhecimento altera o sujeito do conhecimento” (p. 136), diz Fleck. Nada é estático, tudo é devir: fato, sujeito e contexto, verdade e erro.

É contundente a crítica fleckiana à ontologia das existências em si, de um fato que estaria lá no mundo natural, aguardando sua descoberta. Fleck mostra como conceitos abstratos são promovidos, pelo estilo de pensamento, ao *status* de fato concreto. “Na realidade, não existem doenças, mas apenas pessoas doentes” (p.64, nota 1).

É rompida a clássica dicotomia da teoria do conhecimento, a divisão ontológica entre sujeito e objeto como fundamento do saber. A esse sistema binário, contrapõe Fleck uma relação interativa triádica. O fato, ou melhor, sua constituição como algo materialmente ‘real’, depende de três fatores que interagem: o conhecimento já estabelecido, os atores do conhecimento e aquilo que deve ser conhecido (p.51, 81). Entre a realidade instituída e a realidade a ser constituída encontra-se o sujeito de um estilo de pensamento coletivo.

Este triângulo – sujeito, mundo e estilo – impõe uma postura relativista *sui generis*, bem diversa da apresentada pelo relativismo sociológico mais extremo de nossos dias. Nesse sociologismo, a realidade do mundo depende estritamente dos acordos firmados em sociedade, as convenções e crenças estabelecidas entre os atores sociais decidem o que é o real. Fleck adiciona complexidade explicativa à simplicidade desse modelo idealista. O caráter pragmático da proposta fleckiana mostra o conhecimento como prática: o fato – incluído o científico – decorre de uma experiência, de um confronto das pessoas com o mundo natural. E o mundo não se apresenta em si, em um estado de natureza, despidido de sua historicidade. O mundo possui uma história que coage os agentes sociais.

Nem o mundo nem os agentes são livres, a flutuar na natureza idílica, mas estão imersos na história. O olhar, o sentir, o agir e o próprio viver estão condicionados pelo saber já consolidado, condicionados pelos estilos de pensamento dos sujeitos que habitam o mundo histórico.

A coação histórica que atua sobre os sujeitos é conceito fundamental em Fleck, a coação aprisiona-os em estilos de pensamento. É o conceito de *Gestaltsehen*, da percepção da forma (p.133, 142), aquilo que estabelece o desenho do mundo e que é constitutivo de cada ser histórico. A maneira pela qual os sujeitos se colocam perante o mundo e olham suas coisas depende do *Gestaltsehen*, das significações que herdaram, usam e também das que imprimem e legam ao devir. Núcleo motriz da teoria do passivo-ativo, o *Gestaltsehen* possibilita aos sujeitos assumir papel ativo ou passivo em cada confronto. Assim fecha-se o ciclo de agenciamentos que movimentam o mundo histórico e alimentam todo e qualquer desenvolvimento, seja dos fatos, seja do saber, seja dos indivíduos, seja da própria história. O humano vê o mundo e age nele segundo sua historicidade. Sua humanidade está associada à capacidade simbólica de interagir através do *Gestaltsehen*. O homem é um animal simbólico, uma entidade semiológica que vive num mundo igualmente simbólico. A realidade, desde a mais concreta e material, é uma realidade semiológica constituída nesse embate. “Assim se forma uma engrenagem universalmente coesa de fatos que se mantém em equilíbrio mediante constantes efeitos recíprocos. Esse entrelaçamento interligado confere ao ‘mundo

dos fatos' uma persistência maciça, causando a sensação de uma realidade fixa, da existência autônoma do mundo" (p.154).

Com este conjunto de estratégias conceituais – a 'teoria' do ativo-passivo, o estilo, o coletivo e a percepção da forma –, Fleck desenvolve seu modelo explicativo que nos parece ser ainda hoje uma trilha segura para a análise da ciência como saber e prática.

Fleck permanece na linha de frente dos embates e desafios que as pesquisas enfrentam. Sua teoria do ativo-passivo dá resposta, a meu ver, diferente e mais produtiva para as questões contemporâneas que circulam na área dos estudos de ciência como também na própria sociologia.

Penso especialmente nos impasses advindos do relativismo sociológico e seus questionamentos às diversas formas de realismo. A historiografia clássica da ciência apresentava a pesquisa como ação de descoberta de leis e fatos que estariam postos na natureza, disponíveis àqueles que possuíssem habilidades para percebê-los. Dizia-se que o pesquisador deveria estar em posição passiva para que sua subjetividade não interferisse nos destinos da pesquisa. A natureza é que cumpriria o papel ativo, objetivo, ditando as leis e regras de funcionamento do mundo. Por isso Galileo falava que fazer ciência era "saber ler o livro da natureza" para capturar as leis nele inscritas.

Com o surgimento do programa forte da sociologia do conhecimento, de Barnes e Bloor, em meados da década de 1970, ocorreu uma reviravolta nessa perspectiva do realismo cientificista. A ênfase agora era considerar a atividade científica como produção social. Os acordos societários estabeleciam o que era verdade. Esses autores substituíam o conceito epistemológico de verdade pelo conceito sociológico de crença. Para Bloor, tanto a verdade quanto os erros eram construções sociais – era esse, aliás, o teor de seu princípio de simetria, que teve grande repercussão e difundiu um olhar relativista incômodo aos cientistas e embaraçoso para os autores ortodoxos da historiografia anterior. Perguntavam eles: e a natureza, onde fica, se as decisões são tomadas exclusivamente pelos atores sociais? Bastam acordos societários para definir o mundo dos fatos?

No relativismo há uma inversão de papéis: os seres humanos tornam-se agentes ativos e a natureza, nas interpretações mais radicais, é inerte, passiva. O realismo deu lugar à era do sociologismo.

Entre os principais opositores a essa ditadura do social encontram-se Michel Callon e Bruno Latour que desenvolveram um 'princípio de simetria generalizada' – ampliando o de Bloor, considerado mais simples – com o intuito de corrigir os transtornos relativistas. Segundo o novo princípio, coisas e humanos são simétricos, ambos atuam e são agentes ativos, em interação. Por trás dessa boa ideia, entretanto, há um grave problema pendente: é necessário mostrar as maneiras pelas quais relacionam-se 'humanos e não humanos', como apraz a Latour designar.

Apesar de muitos esforços, nem ele nem Callon demonstraram até o momento como acontece efetivamente a ação das coisas sobre os humanos. Embaralharam-se em jogos retóricos simulando a agência das coisas através de similaridades com os atos volitivos humanos – na tentativa de estabelecer uma 'simetria'. Mostram as vieiras, as lombadas, o ácido láctico, entre outros elementos, em atitudes dramatizadas como simétricas, não atitudes animistas que expressam 'vontades' e 'intenções' como as pessoas.

Evidentemente tal situação é bastante insatisfatória e impõe a necessidade de novos instrumentos de análise para orientar os estudos sobre ciência hoje. Em contraste com as inconseqüências atuais encontramos em Fleck uma potência explicativa que resolve bem a relação entre pessoas e mundo: os indivíduos sociais possuem papel ativo (como quer o relativismo sociológico) mas também sofrem o agenciamento dos objetos naturais (como quer o realismo cientificista).

Em Fleck natureza e sociedade atuam, e ambos podem também ser passivos. Atividade e passividade não são papéis fixados em personagens, dependem do contexto histórico e situacional. Aqui reside toda a riqueza e complexidade da sua 'teoria' do ativo-passivo.

Mas a questão fulcral da contribuição de Fleck é a possibilidade explicativa do *Gestaltsehen*, formato adequado para entender a ação das coisas sobre as pessoas. Se Fleck entende os indivíduos como entidades simbólicas a interagir com as coisas materiais por intermédio do *Gestaltsehen*, então a recíproca é necessária. As pessoas agem 'no' mundo através do *Gestaltsehen* e, reciprocamente, são afetadas 'pelo' mundo através do mesmo expediente. O espaço simbólico é o *locus* onde ocorre a interação da pretensa simetria latouriana entre 'humanos e não humanos'.

Exemplo simples esclarece melhor: como a lombada na estrada ou o semáforo em um cruzamento atuam sobre as pessoas? Não é através da animista 'vontade' ou 'intenção' do objeto, mas sim da significação que tem para aquela pessoa. A significação afeta a pessoa. A cor vermelha, ou a protuberância no piso, são sinais decodificados pelo agente simbólico, justamente por ele ser simbólico. A interação é semiológica.

Situação análoga se dá com uma ultrassonografia. Ela emite sinais: para um leigo são manchas de claros-escuros; para o especialista, o significado é preciso: "feto no quinto mês, do sexo masculino". Cada um é afetado de forma diferente, pois há distintas formas de percepção, situando-se os agentes em estilos de pensamento diferentes. Mas ambos são afetados pelos sinais respectivos, passíveis de captura por cada *Gestaltsehen*.

Esperamos que esse Fleck tenha intensa vida produtiva agora em língua portuguesa.

